

# Trabalhadores técnico-administrativos em educação aderem à greve nacional

## Ontem foi o primeiro dia de paralisação

A quarta-feira, dia 17 foi o primeiro dia da greve dos servidores técnico-administrativos em educação na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em Chapecó. A decisão foi tomada na quinta-feira, dia 11, em assembleia da categoria. A greve é nacional (iniciada em 29 de maio) e em Chapecó a categoria aderiu depois de duas paralisações – em 28 de maio e 11 de junho.

A pauta de reivindica-

ções é longa e histórica, e não possui relação direta com a administração da instituição – é nacional e deve ser negociada entre a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior (Fasubra) e o Ministério da Educação (MEC).

A última negociação, oriunda da greve nacional de 2012, resultou em reposição parcial de 15,8% divididos em três anos – índice que sequer repõe a inflação do período. A categoria ressalta que ainda não possui data-base e os grupos de trabalho para a discussão do plano de carreira – também definidos ao final da greve

de 2012 – não tiveram continuidade por parte do MEC.

Segundo uma das coordenadoras do Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação em Universidades Federais nas cidades de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, Laranjeiras do Sul e Realeza, no Paraná (SINDTAE), Dariane Carlesso, o contexto nacional de cortes de verbas para a Educação, chegando ao montante aproximado de R\$ 10 bilhões, tem gerado impactos na manutenção das instituições, no desenvolvimento das políticas es-

tudantis e cumprimento dos compromissos com a carreira dos trabalhadores. Essa conjuntura prejudica decisivamente a possibilidade de avanço do sistema educacional

brasileiro e o cumprimento das metas apontadas no Plano Nacional de Educação.

O sindicato avalia que a adesão ao movimento de greve será crescen-

te nos próximos dias. A greve dos TAEs na UFFS em Chapecó se agrega ao movimento já iniciado na instituição, nos campi Erechim (RS), Realeza e Cerro Largo (PR).

### Conheça a íntegra da pauta de reivindicações

1. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias;
2. Índice linear de 27,3%;
3. Data-base 1 de maio;
4. Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT);
5. Paridade salarial entre ativos e aposentados;
6. Retirada, do Congresso Nacional, dos projetos que atacam os direitos dos servidores;
7. Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores;
8. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes;
9. Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares;
10. Extinção do fator previdenciário;
11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas;
12. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores;
13. Concurso público pelo RJU;
14. Combate a toda forma de privatização;
15. Pela aprovação da Pec 555 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados;
16. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais;
17. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial;
18. Pec 170/2012 aprovação de aposentadoria integral por invalidez;
19. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo das promoções e progressões na carreira;
20. Pela revogação do FUNPRESP e da EBSERH.